

Condições de trabalho de professores de música da educação básica: resultados preliminares

Comunicação

Luciana Del-Ben

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ldelben@gmail.com

Maira Ana Kandler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Joana Lopes Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tamar Genz Gaulke

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Ezequiel Carvalho Viapiana

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Elaine Martha Daenecke

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade Federal do Pampa
Aline Clissiane Ferreira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Daniela Cesa Fracasso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Esta comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento, que tem como objetivo examinar as condições de trabalho de professores de música da educação básica. A pesquisa se fundamenta em pressupostos acerca da atratividade da carreira docente e no conceito de condições de trabalho docente. Para a coleta de dados foi realizado um *survey*, utilizando o questionário autoadministrado como instrumento de pesquisa. Embora não seja possível apresentar considerações conclusivas, resultados parciais referentes a dados sociodemográficos, formação, atuação, salário e renda dos 20 professores que responderam ao questionário configuram uma primeira aproximação acerca da temática, ainda pouco estudada na área de educação musical.

Palavras-chave: condições de trabalho; professores de música; educação básica.

Objetivo e pressupostos

Esta comunicação apresenta pressupostos e resultados parciais de pesquisa em andamento, que tem como objetivo examinar as condições de trabalho de professores de música

da educação básica. A pesquisa, conduzida pelo Grupo de Pesquisa Música e Escola¹, dá continuidade ao nosso estudo anterior, que buscou compreender como diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul concebem a docência de música na educação básica (Del-Ben et al., 2016). Duas categorias de análise que emergiram nesse estudo, referentes aos salários e à carga horária de trabalho de professores da educação básica, chamaram nossa atenção para as condições de trabalho de professores de música, que intervêm no que tem se chamado de atratividade da carreira docente.

Conforme afirmam Tartuce, Nunes e Almeida (2010, p. 446),

A diminuição da procura, por parte dos jovens, da profissão de professor tem-se tornado objeto de preocupação nos últimos anos. A falta de docentes bem formados e a escassez de profissionais para algumas áreas disciplinares dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio é discutida tanto em artigos acadêmicos quanto na mídia.

Os fatores associados à pouca atratividade da docência são diversos, e incluem a massificação do ensino, as condições de trabalho nas escolas e os baixos salários, além da crescente complexidade da atividade docente e, paralelamente, a diminuição do prestígio social da profissão docente (TARTUCE; NUNES; ALMEIDA, 2010).

No estudo antes mencionado, não pudemos fazer uma análise aprofundada dos dados obtidos, que foram de escopo bastante limitado. Baixos salários e precárias condições de trabalho, além de turmas numerosas e desvalorização do trabalho do professor, estão entre os fatores, elencados por estudiosos, que tornam as escolas de educação básica um espaço de atuação profissional pouco atraente para licenciados em música (ver, por exemplo, MATEIRO; BORGHETTI, 2007; MOTA; FIGUEIREDO, 2012; PENNA, 2002; 2011). Entretanto, essas asserções não se fundamentam em dados de pesquisa, já que ainda são escassos os estudos na área de educação musical que abordem de modo sistematizado as condições de trabalho de professores de música (MACEDO, 2015). Recorremos, então, à literatura da área de educação, que apresenta

¹ Grupo vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

uma ampla produção sobre a temática e nos ajudou a melhor definir o que seriam as condições de trabalho de professores.

O trabalho docente envolve tanto os sujeitos nas suas complexas definição, experiência e identidade, quanto as condições em que as atividades docentes são realizadas no âmbito escolar. Dessa forma, o trabalho docente consiste no trabalho realizado em sala de aula, mas também compreende o envolvimento do professor no planejamento de atividades, elaboração de propostas político-pedagógicas, discussão coletiva do currículo e da avaliação, além da gestão escolar. Inclui, ainda, formas coletivas de realização do trabalho escolar e a ligação da escola com as famílias e a comunidade. Sendo assim, o trabalho docente amplia o seu campo de compreensão e, portanto, os estudos a seu respeito tendem a ser mais complexos (DUARTE, 2010; DUARTE et al., 2008; OLIVEIRA, 2004).

As condições de trabalho estão relacionadas aos estados, situações e circunstâncias que são imprescindíveis para que o trabalho seja realizado e desenvolvido (FIDALGO; MACHADO, 2000). Ou seja, a concepção de condições de trabalho se refere ao conjunto de recursos que envolvem as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza do trabalho. No entanto, as condições de trabalho não estão restritas às condições físicas do local ou à realização do processo de trabalho em si, mas incluem, também, as relações sociais e pessoais que envolvem os trabalhadores. Como pontuam Oliveira e Vieira (2012a, p. 156), “é possível considerar que as condições de trabalho são determinadas pelas relações que dizem respeito ao processo de trabalho e ao mercado de trabalho, mais especificamente, às condições de emprego, ou seja, formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade”.

Unindo os dois conceitos anteriores, temos o conceito de condições de trabalho docente. Este se refere à forma como o processo de trabalho está organizado em instituições de ensino. Nesse caso, as condições de trabalho compreendem questões relativas a organização do trabalho, recursos materiais disponíveis para a realização das atividades, tempos e espaços para o desenvolvimento do trabalho, e também formas de avaliação de desempenho, horários de trabalho, procedimentos didático-pedagógicos, admissão e administração das carreiras docentes, remuneração, entre outros aspectos (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012a).

A grande maioria dos trabalhos por nós encontrados trata da profissão docente, sem especificar áreas de formação e/ou atuação dos professores, como exemplifica o livro organizado por Oliveira e Vieira (2012b) sobre o trabalho docente em sete estados brasileiros. Diante de tantos estudos e pesquisas abrangentes, por que fazer um estudo específico sobre professores de música?

Porque entendemos que a área pode ter particularidades. É recorrente, na literatura, a percepção de que a música não é devidamente valorizada como componente dos currículos escolares (ver MACEDO, 2015). Cabe lembrar que, recentemente, enfrentamos a ameaça de ver a música, junto das demais linguagens artísticas, ser excluída do ensino médio, mesmo após as conquistas representadas pela Lei n. 11.769/2008 (BRASIL, 2008) e pela Resolução CNE/CEB 2/2016 (BRASIL, 2016), que define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Pensamos, ainda, em recursos materiais específicos e espaço físico demandados por professores de música para o desenvolvimento de seu trabalho, na presença “sonora” da música na escola, “invadindo” os vários espaços escolares, na pouca carga horária destinada às aulas de música, que pode fazer com que os professores atuem em várias escolas, além das muitas formas de a música ocupar os tempos e espaços escolares – componente curricular, projetos extracurriculares ou de contraturno, comemorações e eventos escolares, por exemplo –, ao contrário de outros componentes curriculares. Porque queremos identificar fatores que podem estar a influenciar a atratividade da carreira docente para licenciados em música. Por fim, porque sentimos necessidade de melhor compreender o trabalho de professores de música da educação básica, em suas várias dimensões. Acreditamos que este estudo pode nos tornar mais próximas/os de iniciar a caminhada em direção a essa compreensão, especialmente no momento atual, em que reformas curriculares e uma base nacional comum curricular são apresentadas como principal saída para resolver nossos problemas educacionais.

O problema (...) é que com base ou sem base, não é possível avançarmos significativamente na melhoria da escola brasileira se os problemas estruturais não forem resolvidos. E tais problemas não são, definitivamente, curriculares ou relacionados ao rol de conteúdos que devem ser ensinados na escola. São mais elementares e fundamentais: salário, carreira e condições de trabalho dos professores e de aprendizagem para os alunos. (EDITORIAL, 2017)

Procedimentos metodológicos

Inspiradas/os no trabalho de Oliveira e Vieira (2012b), optamos pelo *survey* como estratégia de pesquisa, utilizando o questionário autoadministrado online como técnica de coleta de dados.

A elaboração do questionário foi um longo processo de discussões coletivas realizadas ao longo do segundo semestre de 2015, em que tentamos representar – embora conscientes das limitações dessa representação – o trabalho de professores de música. As questões que compuseram o instrumento de pesquisa foram elaboradas tomando como base: o estudo sobre o trabalho docente de Oliveira e Vieira (2012b); o questionário do professor do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, SAEB (BRASIL, [2011]); o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010); e, por fim, particularidades da atuação de professores de música em escolas de educação básica, identificadas na literatura. Tentando amenizar limitações dos questionários como instrumento de pesquisa – em que as respostas podem trazer muito mais a visão dos pesquisadores que a dos pesquisados –, também incorporamos parte de nossas experiências docentes e de pesquisa e, mais especificamente, a experiência dos integrantes do grupo que são professores e professoras da educação básica, que não era contemplada nos questionários e estudos que analisamos.

Durante o processo de elaboração, as perguntas foram respondidas por cada uma/um de nós. Depois, algumas foram descartadas, outras, revistas e ampliadas, na tentativa de pensar essas questões como categorias que incorporassem a experiência de professores de música e, também, de evitar categorias estranhas ao trabalho dos nossos potenciais respondentes. Esse processo foi muito rico para o próprio grupo, na medida em que fomos levadas/os a refletir sobre nossas concepções e sobre as muitas dimensões e sentidos do nosso trabalho como professoras e professores.

Ao final do processo, as questões foram organizadas nos seguintes blocos temáticos: dados sociodemográficos; formação acadêmica; atuação das(dos) professoras(es) na educação básica; atuação específica como professor(a) de música; estrutura das escolas; salário e renda das(dos) professoras(es) de música; outros indicadores das condições de trabalho das(dos) professoras(es) de música.

No primeiro semestre de 2016, o questionário foi inserido na plataforma *SurveyMonkey* e, em seguida, realizamos um estudo piloto, quando o questionário foi enviado a dez professores de música da educação básica, que, pelo critério de seleção da amostra, apresentado a seguir, não participariam do estudo. Obtivemos resposta de oito desses professores. A partir dos comentários desses respondentes, fizemos pequenas alterações no conteúdo das perguntas e algumas correções de redação.

Em seguida, demos início à seleção dos professores de música. Adotamos como critério selecionar somente professores que atuassem com ensino de música como componente curricular em escolas de educação básica da cidade de Porto Alegre-RS. Como estratégia para chegar aos professores respondentes, enviamos e-mail para a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e para a Coordenadoria Regional da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Paralelamente, fizemos um levantamento de escolas privadas de Porto Alegre e de seus respectivos e-mails de contato. Às escolas identificadas foi enviada mensagem explicando os objetivos da pesquisa e solicitando o contato dos professores de música. Em resposta aos 72 e-mails enviados às escolas privadas, recebemos somente uma mensagem com o contato do professor de música, que, posteriormente, respondeu o questionário. Das secretarias estadual e municipal de educação, não obtivemos retorno.

Decidimos, então, mudar a estratégia para recrutamento dos professores, adotando a técnica de amostragem bola de neve. Entre novembro de 2016 e março de 2017, enviamos convites, informando o *link* para responder ao questionário, para professores de música conhecidos pelos membros do grupo por e-mail, além de mensagens nas redes sociais (*WhatsApp* e *Facebook*). Ao final desse período, 39 professores responderam ao questionário. Entretanto, somente vinte dessas respostas foram consideradas válidas, já que as demais não estavam completas. Em abril de 2017, iniciamos a análise das respostas obtidas, cujos resultados parciais são apresentados a seguir.

Resultados parciais

Dados sociodemográficos

A idade dos vinte professores participantes desta pesquisa varia de 25 a 54 anos, sendo que 14 deles (70%) têm menos de 40 anos. Oito professores (40%) estão na faixa entre 30 e 34 anos e somente dois professores (10%) têm menos de 30 anos (entre 25 e 29 anos). São poucos os jovens, portanto, entre os respondentes, já que, segundo o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013).

A maioria dos professores (65%) se identifica como sendo do gênero feminino e 35%, do gênero masculino, confirmando a chamada feminização do magistério, mas contrariando a tendência encontrada em cursos de licenciatura em música, em que, segundo estudos recentes, predomina o gênero masculino (ver GOMES, 2016). Em relação à raça/etnia, a grande maioria (75% ou 15 professores) se autodeclara branca, enquanto somente 15%, que correspondem a três respondentes, se autodeclaram pardos; os demais respondentes indicaram as opções “não sei” e “outro”, especificando, nesse último caso, amarelo claro. Essas porcentagens são muito próximas daquelas encontradas por Gomes (2016) entre egressos dos cursos de licenciatura em música de instituições públicas de ensino superior do Estado do Paraná. Nos dois casos, os dados diferem dos da população brasileira, já que, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população do país era então constituída por 47,73% de brancos, 7,61% de pretos, 43,13% de pardos, 1,09% de amarelos e 0,44% de indígenas.

Formação

Em relação à formação, todos os professores respondentes são licenciados. Metade deles se graduou em instituições de ensino superior privadas e a outra metade, em instituições públicas. Dezesete professores (85%) são licenciados em música e os demais, em Artes, Pedagogia – Educação Especial ou Dança. Onze dos respondentes (55%) também concluíram cursos de pós-graduação: nove fizeram especialização, sete, mestrado e um, doutorado. Chama a atenção a quase ausência da música entre as áreas dos cursos de pós-graduação frequentados. Entre os cursos de especialização constam cursos de Artes/Arte-Educação, com quatro ocorrências, Educação, com três, e História e Cultura Indígena e Afro-brasileira, com uma; entre

os de mestrado, constam as áreas de Educação, com quatro ocorrências, e de Letras, Teologia e Didática da Música, com uma ocorrência cada; o curso de doutorado foi também na área de Teologia.

Dezenove professores (95%) informaram ter participado de atividades de formação continuada nos últimos 24 meses. Ao contrário do que se verificou em relação aos cursos de pós-graduação, 18 respondentes informaram que essas atividades foram na área de Música/Educação musical; 11 declararam ter frequentado atividades da área de Educação.

A avaliação que os respondentes fazem de sua formação é positiva, já que, tendo em vista as demandas do seu trabalho como professor de música da educação básica, quinze professores (75%) consideram sua formação adequada e três (15%), muito adequada; somente dois professores (10%) avaliaram sua formação como pouco adequada.

Atuação

O tempo de atuação dos respondentes como professores da educação básica varia de um ano e cinco meses a 25 anos. Entretanto, a maioria (11 professores ou 55%) atua em escolas há menos de cinco anos, sendo que seis professores têm menos de três anos de experiência na educação básica. Considerando que são poucos os jovens entre os respondentes, esperávamos encontrar um maior número de professores experientes.

Dezesseis professores (80%) atuam em uma única escola e 14 (70%) atuam há mais de três anos na mesma escola, o que nos parece positivo, já que isso pode facilitar a construção de vínculos com a instituição e a comunidade escolar. Outro indicativo de condições adequadas de trabalho refere-se ao vínculo empregatício dos respondentes, já que 12 professores (60%) informaram ser estatutários e sete (35%) têm seu vínculo regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Somente um respondente (5%) informou ter contrato temporário. A maior parte dos respondentes atua em escolas públicas, como se vê na Tabela 1, que apresenta a categoria administrativa da(s) escola(s) em que os professores lecionam.

Tabela 1: Categoria administrativa da(s) escola(s) em que os professores lecionam.

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)*
------------------	-------------------	-------------------------

Pública federal	1	5
Pública estadual	1	5
Pública municipal	11	55
Privada	9	45

* Porcentagem maior que 100, já que os respondentes puderam assinalar mais de uma alternativa.
Fonte: os autores.

O predomínio de escolas municipais parece justificar a maior frequência de atuação no ensino fundamental, como indica a Tabela 2. Chama a atenção, entretanto, que a maioria dos professores atua nos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, é expressiva a porcentagem de professores que atuam na educação infantil.

Tabela 2: Etapa da educação básica em que os professores lecionam.

Etapa	Frequência	Porcentagem (%)*
Educação infantil	12	60
Ensino fundamental – anos iniciais	18	90
Ensino fundamental – anos finais	13	65
Ensino médio	1	5

* Porcentagem maior que 100, já que os respondentes puderam assinalar mais de uma alternativa.
Fonte: os autores.

Em relação à carga horária semanal de trabalho dos professores, considerando a soma de todas as escolas em que atuam, 11 respondentes (55%) informaram trabalhar de 31 a 40 horas, enquanto sete (35%) trabalham até 20 horas e dois (10%), de 21 a 30 horas. Parte dessa carga horária é ocupada com reuniões pedagógicas promovidas pela escola, já que 18 professores (90%) informaram sempre participar dessas reuniões, o que sinaliza envolvimento com a instituição escolar; os demais o fazem apenas raramente. Outro indicativo de envolvimento dos professores de música com a instituição, embora menos expressivo, é a participação em projetos colaborativos e/ou interdisciplinares com outros professores da escola: três respondentes (15%) informaram sempre participar desses projetos; seis (30%) participam geralmente; nove (45%), às vezes; e apenas dois (10%), raramente.

Somente quatro professores (20%) informaram que um terço de sua carga horária é reservado para a realização de tarefas extraclasse, como planejamento e preparação de aulas,

elaboração e correção de provas e trabalhos, contabilização de frequência dos alunos etc., conforme estabelecido em lei. Para dez professores (50%) o período reservado a essas tarefas é inferior a um terço de sua carga horária e seis professores (30%) informaram não contar com esse tipo de reserva, o que compromete de modo significativo suas condições de trabalho. Somente um dos 14 professores que têm esse tempo reservado na sua carga horária o considera suficiente; além disso, metade desses 14 professores considera que a escola não oferece espaço adequado para a realização de atividades extraclasse.

Metade dos respondentes (10) informou sempre levar atividades do trabalho para serem realizadas em casa; seis (30%) o fazem geralmente, três (15%), às vezes, e somente 1 (5%), raramente, o que sugere sobrecarga de trabalho para a maioria dos professores que compõem a amostra desta pesquisa, que pode comprometer sua qualidade de vida. Essa possível sobrecarga pode ter relação com a diversidade de atividades desenvolvidas pelos professores.

O número de turmas em que os respondentes lecionam varia de quatro a 30, sendo que os números mais frequentes foram sete e 12, com três ocorrências cada. A mediana é 12. O número médio de alunos por turma é superior a 20 para 85% dos professores, como mostra a Tabela 3, sinalizando o atendimento de, pelo menos, cerca de 252 alunos por semana. Cabe ressaltar que, conforme parecer exarado em 2002 pelo Conselho Estadual de Educação (Rio Grande do Sul, 2002), o número recomendado de alunos por turma no ensino fundamental, etapa mais frequente na amostra desta pesquisa, é de até 25 alunos no 1º ano, até 30, do 2º ao 4º ano, e até 35, do 5º ao 8º ano. Já o sindicato que representa os professores do ensino privado do estado (SINPRO-RS), recomenda que as turmas tenham, no máximo, 35 alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, e 42 alunos nos anos finais.

Tabela 3: Número médio de alunos por turma

Número de alunos	Frequência	Porcentagem (%)
Até 15 alunos	1	5
De 16 a 20 alunos	2	10
De 21 a 25 alunos	10	50
De 26 a 30 alunos	6	30
De 31 a 35 alunos	1	5
Mais de 36 alunos	0	0

Total	20	100
-------	----	-----

Fonte: os autores.

Dezoito professores (90%) informaram ter alunos com deficiência nas turmas com que trabalham, sendo que 11 contam com acompanhamento de professor/monitor/auxiliar/estagiário em sala de aula somente às vezes e sete não têm qualquer acompanhamento, o que pode comprometer sua atuação em sala de aula.

Além das atividades curriculares, 12 professores (60%) atuam em projetos ou atividades extracurriculares, sendo que as atividades mais frequentes são as oficinas, seguidas por grupos instrumentais e coros/grupos vocais. Metade dos professores informou sempre atuar com festividades, comemorações, eventos, entre outras atividades promovidas pela escola; sete professores (35%) o fazem geralmente, dois (10%), às vezes, e somente um (5%), raramente. No caso de nove professores (45%), essas atividades não estão incluídas na sua carga horária na escola. Quatro professores (20%) também lecionam outro componente curricular, tendo sido mencionados teatro, ensino religioso, artes e dança.

Salário e renda

A Tabela 4 apresenta informações sobre o salário recebido pelos respondentes como professor da educação básica, incluindo adicionais, abonos, gratificações, dentre outros benefícios.

Tabela 4: Salário como professor da educação básica, por faixa, em salários mínimos

Faixa salarial	Frequência	Porcentagem (%)
Até 1 salário mínimo	2	10
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1	5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	6	30
Mais de 3 a 4 salários mínimos	3	15
Mais de 4 a 5 salários mínimos	4	20
Mais de 5 salários mínimos	4	20

Total	20	100
-------	----	-----

Fonte: os autores.

Apenas para fins de comparação, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2017), no último trimestre de 2016, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores brasileiros, independentemente de ocupação e formação, foi de R\$2.026,00, valor que, em 2016, correspondia a 2,3 salários mínimos. Cabe lembrar, ainda, que o piso salarial do magistério, em 2016, foi fixado em R\$2.135,64, equivalentes a 2,43 salários mínimos. O piso se refere ao vencimento inicial das carreiras do magistério público para a formação em nível médio, com jornada de, no máximo, 40 horas semanais. Uma análise mais aprofundada dos salários dos professores será feita posteriormente, por meio do cruzamento dos dados apresentados na Tabela 4 com aqueles referentes à carga horária dos professores. O que se pode adiantar é que a maioria dos professores que participaram desta pesquisa não está satisfeita com seu salário como professor: oito (40%) informaram estar pouco satisfeitos e três (15%), insatisfeitos. Nove professores (45%) se sentem satisfeitos e nenhum se sente muito satisfeito.

Além de atuarem como professor da educação básica, 14 dos respondentes (70%) informaram exercer outra atividade que contribui para sua renda pessoal. Doze deles atuam em outras atividades na área de música, sendo as mais frequentes a atuação como músico (sete ocorrências), como professor em escola de música (quatro ocorrências) e como professor particular (quatro ocorrências). A renda mensal total desses respondentes, considerando seu salário como professor da educação básica e outras fontes de renda, é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5: Renda mensal total, por faixa, em salários mínimos, dos professores que exercem outras atividades além da docência de música.

Faixa salarial	Frequência	Porcentagem (%)
Até 1 salário mínimo	0	0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2	14,29
Mais de 2 a 3 salários mínimos	0	0
Mais de 3 a 4 salários mínimos	4	28,57

Mais de 4 a 5 salários mínimos	3	21,43
Mais de 5 salários mínimos	5	35,71
Total	14	100

Fonte: os autores.

Como mostra a Tabela 5, não há respondentes que recebam até 1 salário mínimo, ao contrário do que se verifica na Tabela 4. Enquanto entre os respondentes que atuam somente como professor da educação básica a faixa salarial com maior frequência é a que vai de mais de 2 a 3 salários mínimos, entre os que também exercem outras atividades na área de música, a faixa mais frequente é a de mais de 5 salários mínimos. A porcentagem de respondentes que recebem mais de 3 salários mínimos sobe de 55%, entre os que atuam somente como professores da educação básica, para 85,71%, entre os que também exercem outras atividades profissionais. Essa comparação sinaliza aumento expressivo de renda com a ampliação das atividades profissionais exercidas.

Entretanto, o exercício de outras atividades profissionais na área de música, além da docência na educação básica, não parece ocorrer somente como estratégia para aumento de renda, já que, embora 55% dos respondentes se sintam pouco satisfeitos ou insatisfeitos com seu salário, a porcentagem dos que exercem outras atividades na área de música é de 70%, sugerindo que esse exercício pode ser uma escolha profissional, em direção à diversificação do perfil laboral (ver GOMES, 2016).

Considerações finais

Considerando que a análise dos dados está em andamento, não nos é possível, neste momento, apresentar considerações conclusivas. Destacamos, entretanto, alguns resultados que caracterizam a amostra investigada: a presença significativa de respondentes do gênero feminino, em acordo com a ideia de feminização do magistério; a presença pouco expressiva de professores jovens, o que sinaliza a necessidade de estudos futuros sobre a absorção de recém-licenciados em música pelas escolas de educação básica e sobre seu processo de inserção profissional na docência; a formação qualificada dos respondentes; a frequência baixíssima de

respondentes atuando no ensino médio, apesar de vários trabalharem em escolas privadas, aliada à frequência expressiva de atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, espaços em que o ensino costuma ser responsabilidade de professores unidocentes; a sobrecarga de atividades da maioria dos respondentes; e a diversidade de atividades por eles desenvolvidas, tanto na própria escola, por meio de atividades curriculares e extracurriculares, quanto fora dela, por meio do exercício de outras atividades profissionais no campo da música, exercício que parece ser, ao menos para parte dos professores desta amostra, uma escolha profissional.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CEB 2/2016, de 10 de maio de 2016. Define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de maio de 2016, Seção 1, p. 42.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SAEB. *Prova Brasil 2011. Avaliação do rendimento escolar. Questionário do Professor*. Brasília, [2011].

BRASIL. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano CXLV, n. 159, de 19 ago. 2008, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 06 de agosto de 2013.

DEL-BEN, Luciana et al. Sobre a docência de música na educação básica: uma análise de editais de concurso público para professores. *Opus*, v. 22, n. 2, p. 543-567, dez. 2016.

DUARTE, A. A produção acadêmica sobre trabalho docente na educação básica no Brasil: 1987-2007. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 101-117, 2010.

DUARTE, Adriana et al. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.

EDITORIAL. As bases da política. *Pensar a Educação em Pauta*, ano 5, n. 155, 12 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.pensaraeducacaoempauta.com/as-bases-da-politica>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

GOMES, Solange Maranhão. A inserção profissional de licenciados em música: um estudo sobre egressos de instituições de ensino superior do estado do Paraná. 2016. Tese (Doutorado em Música), Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

IBGE. Sala de Imprensa. *PNAD Contínua: taxa de desocupação foi de 12,0% no quarto trimestre de 2016 e média do ano fecha em 11,5%*. 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/?view=noticia&id=2&idnoticia=3367&busca=1&t=pnad-continua-taxa-desocupacao-foi-12-0-quarto-trimestre-2016-media-ano>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

MACEDO, Vanilda Lída Ferreira de. *Imagens da docência de música na educação básica: uma análise de textos da Revista da ABEM (1992-2013)*. 2015. Tese (Doutorado em Música), Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MATEIRO, Teresa; BORGHETTI, Juliana. Identidade, conhecimentos musicais e escolha profissional: um estudo com estudantes de licenciatura em música. *Música Hodie*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 89-108, 2007.

MOTA; Graça; FIGUEIREDO, Sergio. Estudo comparativo sobre a formação de professores de música em Portugal e no Brasil. *Educação*, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 273-290, maio/ago. 2012.

PENNA, Maura. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 7, p. 7-19, set. 2002.

PENNA, Maura. Educação musical e educação integral: a música no Programa Mais Educação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 19, n. 25, p. 141-152, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga Vieira. Condições de trabalho docente: uma análise de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga Vieira. (Orgs.). *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012a. p. 153-190.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga Vieira. (Orgs.). *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012b.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Comissão de Ensino Fundamental. Parecer n. 1400/2002. Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/conteudo/1248/parecer-n%C2%BA-1400-2002/termosbusca=*>. Acesso em 27 ago. 2017.

TARTUCE, Gisela Lobo B.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Alberi de. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 445-477, maio/ago. 2010.